

55 - GESTÃO, POLÍTICA PÚBLICAS E OS CENÁRIOS DE PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

LUCIO MARQUES VIEIRA SOUZA

Curso de Educação Física, Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG,
Campus Passos-MG, Brasil.
profedf.luciomarkes@gmail.com

doi:10.16887/91.a1.55

INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro o entendimento sobre políticas públicas de saúde é de fundamental importância, pois são elas que irão nortear formulações das diretrizes em todo o território nacional (Carvalho, Abdalla e Bueno Júnior, 2017).

As políticas públicas são por definição conjuntos de programas, ações de decisões tomadas pelos governos federal, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independentemente de sexo, cor, religião ou classe social. A política pública deve ser construída a partir da ação direta ou indireta da sociedade civil, visando assegurar um direito a determinado serviço, ação ou programa (Carvalho, Abdalla e Bueno Júnior, 2017).

As conquistas da Reforma Sanitária ao longo dos anos resultaram na implementação de um sistema de saúde universal no Brasil, principalmente se for levada em consideração a dimensão territorial e o conjunto de singularidade em relação a outros países sulamericanos e europeus que possuem sistemas de saúde com os mesmos pressupostos, neste contexto surge o Sistema Único de Saúde (SUS) que deverá ser universal, integral e gratuito (Florindo, 2009).

Com a premissa da Constituição Federal de 1998, a saúde é estabelecida como direito de todos e dever do estado, além de possuir princípios bem definidos como por exemplo os de universalidade, equidade e integralidade, e neste sentido o SUS é uma das maiores políticas públicas já criadas no Brasil (Florindo, 2009). A partir dele podem ser citados marcos importantes desta evolução como a Estratégia de Saúde da Família (ESF) em 1994, com a inovação que não focava apenas no indivíduo e sim na família (Florindo, 2009; Teixeira e Silveira, 2017).

A gestão em políticas públicas também está orientada pela CF 1988 como princípio da descentralização e sendo participativa com capacidade de maior resolutividade, eficácia e qualidade à atenção à saúde de toda população brasileira. Quando se aborda na gestão do SUS, é apresentada no atendimento gratuito a todo e qualquer cidadão, por meio de uma rede hierarquizada no território nacional, e para tal a Lei 8141/1990 institui duas instâncias colegiadas para a participação da comunidade em cada esfera do governo: a Conferência em Saúde e o Conselho de Saúde.

Ao longo dos últimos anos foram muitas as discussões e elaborações de documentos importantes para o campo da Saúde Pública e também para a área de Atividade Física e Saúde, exemplo disso é a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) de 2006, na qual direciona as práticas de atividades físicas como variáveis importantes no âmbito da atenção básica (Florindo, 2009). No sentido de aproximar os princípios do SUS, melhorar o atendimento na atenção básica na ESF e auxiliar na PNPS, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em 2008 (Florindo, 2009; Teixeira e Silveira, 2017).

A transição epidemiológica nas últimas décadas tem demonstrado a relevância dos profissionais de Educação Física na Operacionalização de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, uma vez que o sedentarismo que é fator de risco para as doenças crônicas tem apresentado prevalência elevada em vários países (Scabar et al., 2012).

Perante esse contexto, em que o sedentarismo se tornou um problema de saúde pública, muitas discussões e reflexões tem permeado temas relacionados à ampliação de políticas públicas de saúde no Brasil por meio de inclusão de práticas corporais e da atividade física.

Diante o exposto, por que seria interessante essa discussão também na área da Educação Física? Talvez esse debate possa ser fruto de que a presença sistemática da Educação Física no contexto da saúde pública seja recente a partir dos anos 90 (Neves et al., 2015). No entanto, a perspectiva em questão pode ser pautada na inserção dos profissionais nos serviços, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), ao mesmo tempo em que acontece uma ampliação do campo de intervenção na chamada Educação Física na Saúde, em muitos sentidos. Sendo assim, o presente texto tem como objetivo apresentar os possíveis cenários de práticas da Educação Física no SUS.

METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza com um estudo descritivo exploratório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação do Programa Academia da Saúde de 2011, coloca em debate sobre a Educação Física na promoção da saúde e suas possíveis intervenções dentro do SUS. No entanto, o papel não é algo definido ou delimitado, com exceção no equívoco interpretativo de que o papel do profissional é meramente da prescrição de exercícios físicos para pessoas em condições de doenças crônicas. Fato este devido muitas vezes, pela ideia da prescrição à ordem médica, e da própria historicidade da área enquanto disciplina higienista, na qual se preocupa com um corpo disciplinado, forte e saudável numa sociedade ordenada, limpa e moralizada.

No NASF o profissional de Educação Física, além de atuar na concepção da promoção da saúde, deve-se fundamentar em processos educativos que vão além de transmissão de conhecimentos, focando, entre outros aspectos, o enfrentamento das dificuldades e o fortalecimento da identidade (Scabar et al., 2012).

Ao considerar a política de saúde como uma política social, uma das consequências imediatas é assumir que a saúde é um dos direitos inerentes à condição de cidadania, pois a plena participação dos indivíduos na sociedade política se realiza a partir de suas inserções como cidadãos. Dessa forma, entende-se o papel da Educação Física na saúde mental no trato aos usuários de substâncias psicoativas, às pessoas em intenso sofrimento psíquico e à população em situação de rua. Essas são pessoas que frequentemente são impostos estigmas como “drogaditos”, “loucos” e “vagabundos”. A contribuição dessa parceria pode ser apresentada na importância em compreender o sujeito e organizar a assistência orientada pela concepção de integralidade. Porém, o que se aborda não é apenas que seja uma transposição de um conjunto de práticas de outros cenários como uma escola, clube ou academia, mas numa prática emergente considerando códigos e funções da instituição na qual está inserida e, assim, desenvolver suas próprias atuações nesse campo.

Quando se aborda a Educação Física e a Gestão em Políticas Públicas, faz-se necessário entender que no Brasil ainda há uma infeliz cultura patrimonialista dominante na administração pública, além da precária política de pessoal. O termo gestão participativa ainda é uma potência pouco explorada, considerando que a população e os trabalhadores têm dificuldade para ocupar espaços de cogestão legalmente constituídos (Teixeira e Silveira, 2017). Além disso, existe claramente uma deficiência na formação do profissional de Educação Física em temas como o de Gestão em Políticas Públicas (Neves et al. 2015), e aliado a isto muitas vezes a gestão de hospitais ou mesmo serviços da rede de atenção básica tem sido repassada a Fundações ou Organizações Sociais, as quais assumem a responsabilidade de contratarem os profissionais para atuarem em serviços “públicos”, sendo que sem a estabilidade os mesmos ficam reféns das alternativas políticas-partidárias.

CONCLUSÃO

Como foram apresentados, a promoção das atividades físicas faz parte das estratégias do SUS e o Profissional de Educação Física é reconhecido como importante e integrante deste processo, compondo os profissionais que podem ser vinculados aos serviços.

REFERÊNCIAS

CARVALHO AS, ABDALLA PP, BUENO JÚNIOR, CR. Atuação do profissional de educação física no sistema único de saúde: revisão sistemática. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. v.30, n.3, p.1-11, 2017

FLORINDO AA. Núcleos de apoio a saúde da família e a promoção das atividades físicas no Brasil: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*. v.14, n. 1, 2009.

NEVES RLR, ANTUNES PC, BAPTISTA TJR, ASSUMPÇÃO LOT. Educação Física na saúde pública: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. V.23, n. 2, 2015.

TEIXEIRA CT, SILVEIRA P, organizadores. *Glossário de análise política em Saúde*. Salvador: Edufba; 2016.

SCABAR TG, et al. Atuação do profissional de Educação Física no Sistema Único de Saúde: uma análise a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde e das Diretrizes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. *Journal of the Health Sciences Institute*. v.30, n.4, p. 411-418, 2012

MANAGEMENT, PUBLIC POLICY AND PHYSICAL EDUCATION PRACTICE SCENARIOS IN THE UNIQUE HEALTH SYSTEM

ABSTRACT

The actions caused by public policies affect all citizens, regardless of education, sex, color, religion or social class. And based on the 1988 Brazilian Federal Constitution, which says that health is a right for all and a duty of the State, in addition it has principles defined and consolidated by the Unified Health System (SUS), which is one of the largest public policies already created in Brazil. In this sense, several programs and actions have been developed over the years, as well as the incorporation of several professionals, among them Physical Education. The objective of the study is to present possible scenarios of practices of the Physical Education Professional in SUS, and for this purpose an exploratory descriptive research was carried out. Programs and actions were identified, such as: Family Health Strategy (FHS); National Health Promotion Policy (PNPS); Family Health Support Centers (NASF); Basic Health Units (UBS); Psychosocial Support Centers (CAPS) and Academia da Saúde Program, since physical inactivity, which is a risk factor for chronic diseases, has shown high prevalence in several countries and one Brazil being one of them. Given this context, in which physical inactivity has become a public health problem, the inclusion of body practices and physical activity becomes something of fundamental importance. Therefore, it is worth highlighting the relevance of Physical Education professionals in the operationalization of public policies aimed at promoting health within the scope of the Unified Health System.

Keywords: Public Policies; Health; Physical Education.

ESCENARIOS DE PRÁCTICA DE GESTIÓN, POLÍTICA PÚBLICA Y EDUCACIÓN FÍSICA EN EL SISTEMA ÚNICO DE SALUD

RESUMEN

Las acciones provocadas por las políticas públicas afectan a todos los ciudadanos, independientemente de su educación, sexo, color, religión o clase social. Y con base en la Constitución Federal Brasileña de 1988, que dice que la salud es un derecho de todos y un deber del Estado, además tiene principios definidos y consolidados por el Sistema Único de Salud (SUS), que es una de las mayores políticas públicas. ya creado en Brasil. En este sentido, a lo largo de los años se han desarrollado varios programas y acciones, así como la incorporación de varios profesionales, entre ellos la Educación Física. El objetivo del estudio es presentar posibles escenarios de prácticas del Profesional de Educación Física en el SUS, para lo cual se realizó una investigación descriptiva exploratoria. Se identificaron programas y acciones, tales como: Estrategia de Salud de la Familia (ESF); Política Nacional de Promoción de la Salud (PNPS); Centros de apoyo a la salud familiar (NASF); Unidades Básicas de Salud (UBS); Los Centros de Apoyo Psicosocial (CAPS) y el Programa Academia da Saúde, ya que la inactividad física, que es un factor de riesgo para las enfermedades crónicas, ha mostrado una alta prevalencia en varios países y uno de Brasil es uno de ellos. En este contexto, en el que la inactividad física se ha convertido en un problema de salud pública, la inclusión de prácticas corporales y de actividad física se convierte en algo de fundamental importancia. Por tanto, cabe destacar la relevancia de los profesionales de la Educación Física en la operacionalización de políticas públicas orientadas a promover la salud en el ámbito del Sistema Único de Salud.

Palabras clave: Políticas Públicas; Salud; Educación Física.

GESTÃO, POLÍTICA PÚBLICAS E OS CENÁRIOS DE PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

RESUMO

As ações ocasionadas pelas políticas públicas afetam todos os cidadãos, independente de escolaridade, sexo, cor, religião ou classe social. E tendo como base a Constituição Federal Brasileira de 1988, onde diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, além disso ela possui princípios definidos e consolidados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que é umas das maiores políticas públicas já criadas no Brasil. Neste sentido, diversos programas e ações foram desenvolvidas ao longo dos anos, bem como a incorporação de diversos profissionais, dentre eles o de Educação Física. O objetivo do estudo é apresentar possíveis cenários de práticas do Profissional de Educação Física no SUS, e para tal foi realizado uma pesquisa descritiva exploratória. Foram identificados programas e ações como por exemplo: Estratégia de Saúde da Família (ESF); Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF); Unidades Básicas de Saúde (UBS); Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e Programa Academia da Saúde, uma vez que o sedentarismo que é fator de risco para as doenças crônicas tem apresentado prevalência elevada em vários países e um Brasil sendo um deles. Diante desse contexto, em que o sedentarismo se tornou um problema de saúde pública, a inclusão de práticas corporais e da atividade física torna-se algo de fundamental importância. Portanto, vale destacar a relevância dos profissionais de Educação Física na Operacionalização de políticas públicas voltadas à promoção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde; Educação Física.